

08-07-2020

“Novo normal” ou devir anticapacitista?

Francine Dias

[Assistente Social. Doutoranda Ensp/Fiocruz]

O “novo normal” nos assola. Ele está presente nas mídias sociais ou televisivas, nas conversas corriqueiras do dia a dia entre amigos, amigas e amíguas, nos discursos promovidos pelos serviços e comércios em geral, no cotidiano dos trabalhadores, trabalhadoras e trabalhadorxs. Do que se trata, exatamente? Talvez o presente, bem onde parecemos estacionados, possa nos ajudar a compreender o percurso que tem nos guiado até esse momento frequentemente chamado de “novo”. O “velho normal” é um antigo conhecido.

Aquele modo de operar que nos ensinou (e ainda ensina) a ignorar disparidades de sexo, gênero, classe, raça, etnia, deficiência, idade, formas corporais diversas. Também pode ter nos doutrinado a viver harmonicamente com elas, fabricá-las, reproduzi-las. Ele pode ser pensado ainda como uma força que determina os parâmetros que medem nossas habilidades, capacidades, utilidade. Que nos conduz na direção de caminhos supostamente bem sucedidos, encontro ao mérito.

Ele denuncia o que necessita ser combatido: a nossa imperfeição e a nossa maldade, o que nos desvia da velha essência: tornarmo-nos “pessoas de bem”. Ele nos quer fortes, sempre a postos. Vez em quando se veste de resiliência e superação. Noutras, de benemerência e caridade.

Não vê potência nas diferenças. Sob o discurso da igualdade, é uma velha malha de poder. Costura fina, homogeneiza discursos e experiências. O “velho normal” opera e faz circular os seus princípios, mas não sem movimentos e forças outras. Há pulsos vibrando em frequências opostas.

Vimos a emergência de movimentos antifascistas, antirracistas. A eclosão de lutas contra LGBTQIAFOBIA, gordofobia, velhofobia. São as existências dissidentes gritando que o corpo pode além do que tem sido prescrito e permitido a ele. Presenciamos, nos últimos anos, uma nova palavra surgir no vocabulário nacional, com o intuito de evidenciar práticas discriminatórias orientadas por uma “corponormatividade” que hierarquiza corpos, habilidades e capacidades: o “capacitismo” entra em cena. Os corpos das pessoas com deficiência protagonizam esse debate. A pandemia de Covid-19 tem se mostrado eficaz na visibilidade dessa lógica que regula a vida, acentuando aquilo que ela tem de mais cruel. Sob vozes que ecoam os lemas: “o Brasil não pode parar”, “é só uma gripezinha”, “alguns vão morrer”, dentre tantos outros gritos que silenciam dores e sofrimentos cotidianos, a máquina de fazer morrer da governamentalidade neoliberal segue o seu fluxo. A necropolítica torna-se quase palpável. A cidade ganha mais cheiro de morte, como se o feminicídio, o genocídio dos indígenas, da juventude negra, ou da população trans brasileira, a que mais morre no mundo, não fossem suficientes para aqueles que se orgulham de ceifar vidas.

O olfato prejudicado pela mesma doença não deixa de captar o miasma. Há máscaras capazes de detê-lo?

O que há de novo? Novas medidas de proteção para a manutenção de uma velha maquinaria? Em tempos difíceis, onde a única novidade é a doença viral ainda desconhecida, poderia um devir anticapacitista iluminar outros possíveis? Alguns pontos de vistas refletem sobre a produção de sentidos a respeito dos acontecimentos a partir da sua nomeação.

O “capacitismo” dialoga com essa ideia. Ele consiste numa palavra forte para alertar a existência de práticas discriminatórias balizadas em ideais corporais, inferioridades produzidas quando se julga um corpo ou uma vida como menos capazes, reivindicando a normalidade sob o aspecto de uma funcionalidade total ou completa, sentença criada por referências que nos ditam quais são os corpos suficientes, ou suficientemente úteis. É possível um devir anticapacitista? Gostaria de acreditar que sim. Posso vislumbrá-lo a cada incômodo que invade a superfície, a cada sujeito que, ao expor a radicalidade de seu corpo e da sua história, mostra que sua existência transborda as normas, sejam elas os protocolos para acesso a um leito de UTI durante uma pandemia, sejam os olhares desconfortáveis ao confrontá-lo nas universidades, nos postos de trabalho, no sexo, no gênero, na cor da sua pele, nas rugas de seu corpo, nas suas curvas, nas ruas.

Penso que um devir anticapacitista é povoado por forças contrárias a qualquer esforço de negação das diferenças humanas, das infinitas maneiras de habitar um corpo, de senti-lo, de lançá-lo no mundo. É o espaço-tempo que não desqualifica quaisquer existências. Ao contrário, vê nas singularidades uma oportunidade de conhecer as inúmeras características humanas e celebrá-las, tomá-las como dignas de proteção, cuidado, direitos. As pessoas com deficiência são exemplos desse movimento transgressor que inventa com o próprio corpo o aleijamento de normas que produzem apagamentos. Um devir anticapacitista reconhece marcadores sociais antes mencionados e o que eles produzem quando estão em intersecção. Busca formas criativas e coletivas para a construção de sociabilidades outras. Reconhece que a miséria e as diversas formas de exploração e de opressão são os elementos a serem combatidos, não as nossas diferenças individuais, identidades diversas que se misturam e nos constituem sujeitos. Um “novo normal” ou um devir anticapacitista? Que as diversas corporalidades sejam concebidas como manifestação da potência.

Esse reconhecimento teria desdobramentos simples, tais como a concepção de espaços, produtos e relações que considerem as diversas habilidades e características humanas.

Uma boa oportunidade para avançar numa discussão tão primária quanto a acessibilidade, por exemplo, fruto de uma normalidade que produz e reproduz a sociedade como se fôssemos realmente todos iguais e desfrutássemos das mesmas oportunidades. O que pode o movimento micropolítico do devir anticapacitista? Talvez contribuir com a afirmação das múltiplas singularidades da vida, com a sua (re)invenção. Talvez lançar luzes sobre a alteridade. Fissurar a distopia do presente, produzir outras oportunidades, outros horizontes, outros possíveis. Talvez ressignificar as relações e os processos de vida, trabalho, cuidado, saúde. ■ ■ ■

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.